

FUNDAÇÃO  
LUSO-AMERICANA

SOBRE AS  
RELAÇÕES  
PORTUGAL  
ESTADOS UNIDOS



RUI CHANCERELLE DE MACHETE

Lisboa 2005







FUNDAÇÃO  

---

LUSO-AMERICANA

SOBRE AS  
RELAÇÕES  
PORTUGAL  
ESTADOS UNIDOS



RUI CHANCERELLE DE MACHETE

Lisboa 2005



SOBRE AS  
RELAÇÕES  
PORTUGAL  
ESTADOS UNIDOS



*Índice*

Palavras Introdutórias.....	7
As Relações entre Portugal e os Estados Unidos da América.....	13
Interesses Portugueses na América do Norte.....	31



SOBRE AS  
RELAÇÕES  
PORTUGAL  
ESTADOS UNIDOS



PALAVRAS INTRODUTÓRIAS



Reúnem-se nesta publicação duas conferências, ambas proferidas sobre o tema das relações luso-americanas: a mais antiga, “Interesses de Portugal na América do Norte” dada na Sociedade de Geografia em Dezembro de 2003, integrada no ciclo de palestras “Visões de Política Externa Portuguesa”; a mais recente, “Relações entre Portugal e os Estados Unidos da América”, feita em 13 de Dezembro de 2005, constituindo a lição inaugural do Curso de Defesa Nacional de 2005-2006, organizado pelo Instituto de Defesa Nacional.

Apesar dos dois anos que as separam, ambas, para além da unidade do objecto sobre que versam, obedecem à mesma preocupação de sublinhar a relevância, nas relações internacionais, dos contactos e vínculos que se estabelecem entre os membros e estruturas das sociedades civis dos diversos Estados.

Para os países pequenos como Portugal que não podem dispor de aparelhos militares e diplomáticos poderosos, esta perspectiva revela que as redes de relações entre a pessoa e instituições não públicas constituem factores de influência ou de poder não despreciáveis. As relações entre Portugal e os Estados Unidos, designadamente, ganham se vistas a esta luz, pois muitos aspectos que ficariam na penumbra no contacto Estado a Estado, passam a poder ser analisados e valorados.

<sup>1</sup> Görg Haverkate, “Verfassungslehre – Verfassung als Gegenseitigkeitsordnung”, Munique, 1992, esp. pág. 38 e segs.

<sup>2</sup> Veja-se, especialmente, o artigo “Precisará a teoria da Constituição Europeia de uma teoria do estado?”, in “Colóquio Ibérico: Constituição Europeia. Homenagem ao Doutor Francisco Lucas Pires”, Coimbra, 2005, pág. 665 e segs.

<sup>3</sup> J. H. H. Weiler, “To be a European Citizen: Eros and Civilization”, agora publicado em “The Constitution of Europe”, Cambridge, 1999, p. 324 e segs. Os relatórios de J. Kohott e de T. Vesting sobre “Die Staatslehre und die Veraenderung ihres Gegenstandes: Konsequenzen von Europaeisierung und Internationalisierung” na reunião anual da Associação dos Professores de Direito Público de 2003 em Hamburgo, VVDStRL, 63, Berlim, 2004,

Alguns estudiosos da vida internacional procuram já integrar estas realidades nas suas teorias interpretativas. Privilegiam, na análise das relações internacionais, porém, a análise espectral do poder, sempre imputado aos Estados, em detrimento do exame da especificidade dos diversos actores, e da caracterização e enquadramento jurídico correcto do grupo político fundamental que está por detrás do Estado e da sua personalidade. Esse grupo de pessoas físicas, identificado em termos existenciais e históricos – muitas vezes, na Europa, coincidente com a Nação – não pode reconduzir-se à simples noção funcional de povo, órgão do Estado, como o faz a clássica construção de Gerber – Jellinek. Sem aí se esgotar, estrutura-se, antes, numa Constituição, Lei Fundamental que não se articula e dá forma exclusivamente ao Estado, mas que por diversos modos se relaciona com o grupo ou associação constituinte.

As reflexões de constitucionalistas como Haverkate<sup>1</sup>, e, entre nós, de Gomes Canotilho<sup>2</sup>, e os esforços dos que procuram desligar os conceitos de povo e de cidadania do de Estado, para dar maior coerência à construção europeia, parecem estar no caminho certo<sup>3</sup>. Deste modo, as sequelas negativas no campo jurídico, e também no político, das teorias que assentam nos conceitos recessivos de Estado, e soberania – e também de povo, como órgão central do primeiro – poderão ser minimizadas.

A um outro nível, esta metodologia parece ser também apropriada para explicar o papel, na vida internacional, das pessoas individuais, das suas associações, das fundações, empresas e demais instituições. Compreender-se-á que a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento que, por imperativo estatutário, se dedica primacialmente a incrementar e

robustecer as relações entre instituições americanas e portuguesas, como modo de contribuir para o progresso económico, social e cultural do nosso País, dê particular atenção a uma óptica que melhor enquadra e robustece a sua actividade. Da mesma forma, esta visão, que coloca a Fundação no âmbito da política externa portuguesa, como instrumento modesto mas actuante nas relações com os Estados Unidos, permite sublinhar a miopia dos que a consideram simples fonte de compensações financeiras, destinada a suprir défices de erários públicos sempre minguados.

Diga-se, por último, que as duas falas que agora se dão à estampa, tentam também ser um grito de alerta para, face às oportunidades que se vão perdendo para o País neste sector, tentar corrigir a rota. Oxalá possamos ser ouvidos!

*27 de Dezembro de 2005*

respectivamente p. 7 e segs. e p. 41 e segs., dão-nos bem ideia da revisão conceptual que se processa nos domínios do Direito do Estado e do Direito Internacional Público, para além naturalmente do Direito Comunitário.



SOBRE AS  
RELAÇÕES  
PORTUGAL  
ESTADOS UNIDOS



As Relações entre Portugal e  
os Estados Unidos da América



## 1. Considerações Preliminares

O tema sobre que nos convidaram para falar são as relações entre Portugal e os Estados Unidos da América.

Portugal é um pequeno país, de dez milhões de habitantes, com diminutos recursos económicos e modesta capacidade militar. Os Estados Unidos são hoje a única superpotência existente, depois do colapso da União Soviética. Hubert Vedrine, o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros francês, qualificou mesmo a Nação americana, de um modo um pouco malévolo, como “hiperpotência”.

Cabe, por isso, interrogarmo-nos, e talvez a pergunta seja um pouco desagradável para as nossas susceptibilidades, se se justifica analisar o tema, pressupondo irrealisticamente que os dois sujeitos da relação ou relações tenham estatutos e ordem de grandeza comparáveis, ou se será antes preferível, por mais profícuo, estudar a matéria apenas no âmbito geral das relações entre a União Europeia e os Estados Unidos e, no domínio mais restrito das questões da defesa, fazer o exame dos poderes europeu e americano no seio da NATO.

Debruçar-nos-íamos, assim, apenas sobre, de um lado, as relações euroatlânticas e as suas consequências sobre o Estado-membro Portugal, e do outro, sobre o papel que o nosso

País assume no seio da União Europeia e da NATO e sobre o modo como se desenvolvem e devem evoluir essas relações. A matéria sobranse seriam minúcias consulares sem grande relevo.

A esta segunda alternativa a resposta terá de ser rotundamente negativa. E deve sê-lo não apenas pela razão comezinha de que a política externa europeia, como uma realidade autónoma, ainda não existe e de que a perspectiva NATO, mesmo em questões de defesa, é demasiado restrita para permitir abarcar toda a problemática que nesta matéria interessa ao relacionamento entre Portugal e os Estados Unidos.

É que, na verdade, se a óptica referida é certamente merecedora de atenção, mesmo no estado actual da evolução da União Europeia, ela não abrange grande parte da política externa portuguesa, incluindo a das nossas relações com os Estados Unidos, reciprocamente o mesmo acontecendo do lado americano. A questão, dada a desproporção entre os dois países a que antes aludimos, reveste menos importância para os americanos, mas releva certamente muito para nós.

Mas, acresce que o paradigma das relações entre Estados soberanos, juridicamente considerados como iguais, não é a única óptica por que hoje se observa a vida internacional. Na necessidade de melhor compreender os novos aspectos da internacionalização de múltiplos sectores não apenas dos aparelhos administrativos e dos governos dos Estados, mas também de diversos sectores da sociedade civil, surgiu um novo paradigma, que levanta o véu da personalidade do Estado para olhar a realidade sociológica que existe para além dela.

Esta metodologia que permite ver, por detrás do Estado, as pessoas, as suas associações empresariais ou de fim desin-

teressado, capta as relações internacionais na riqueza da sua diversidade, sem necessariamente as reconduzir sempre à lente deformadora do poder público. Aí não se nota com tanta intensidade a força do *hard power*, pois que nos encontramos na ambiência apropriada para o exercício de persuasão e influência típicos do *soft power*, para usarmos os conceitos operacionais de Joseph Nye<sup>1</sup>. No mundo das redes de relações mais ou menos institucionalizadas, o poder *soft* convence, ganha adesões, mas não obriga pela ameaça ou exercício da coacção. O *soft power* continua, contudo, a ser poder.

Compreende-se facilmente que a análise das relações entre Portugal e os Estados Unidos sob a óptica das ligações sociedade civil a sociedade civil ganhe uma outra dimensão e riqueza, maior do que a simples consideração dos vínculos Estado a Estado. Entender-se-á também que possibilite uma noção mais exacta da capacidade dos portugueses como nação – utilizemos esta expressão para simplificar –, pois que as nossas virtualidades para influenciar e cooperar em projectos comuns podem ser melhor desenvolvidas e aproveitadas sem as delimitações económicas e militares do *hard power*.

Dedicaremos a nossa atenção nesta intervenção preferentemente à análise feita segundo esta última perspectiva, embora não possa deixar de abordar-se, também, as duas primeiras. Qualquer destas ópticas não deve fazer-nos esquecer, porém, que a realidade é una e que, por isso mesmo, as diversas perspectivas estão profundamente interrelacionadas.

Há ainda que referir que, supondo interpretar correctamente a intenção do honroso convite que nos foi feito, para além da descrição científica do *status quo*, procuraremos alinhar algumas considerações sobre o que se nos afigura politicamente desejável para Portugal nesta matéria. Ao exame

<sup>1</sup> “Bound to Lead: The Changing Nature of American Power”, Nova Iorque, 1990, pág. 188-201.

do fáctico acrescenta-se o normativo que se julga exequível e se pretende que venha a concretizar-se.

Começaremos a exposição pelas relações euroatlânticas.

## 2. As Relações Euroatlânticas

Pressuposto para entender as relações euroatlânticas e a orientação do seu devir a curto e médio prazos, é identificar as opções estratégicas fundamentais da América, uma vez que como actor detém a supremacia e a iniciativa.

Passamos a enumerá-las rapidamente:

A primeira e mais importante reporta-se à atitude sobre o uso da força e sobre o unilateralismo ou a concordância com que são tomadas as decisões básicas a ela respeitantes. Continuará a inspiração da Casa Branca e do Congresso a vir de Marte, o que justificará entre outras coisas a guerra preventiva e o privilegiar a intervenção militar à diplomacia, ou vai, antes, contemporizar-se com Minerva, e, até em alguns casos, com a dialogante Vénus?<sup>2</sup>

Em termos menos mitológicos, no futuro as decisões americanas em matérias de segurança, de guerra ou de paz, tomam em conta a Carta das Nações Unidas, para não dizer que se submetem de modo estrito aos seus preceitos, ou seguem o caminho essencialmente solitário do unilateralismo?

Segundo grande tema de escolha estratégica, aliás relacionado com o primeiro: qual a posição fundamental a assumir perante o Islão e os países islâmicos, em particular os árabes? Dar prevalência ao diálogo, ou preferir o *clash of civilizations*?

Terceiro sector, onde das opções tomadas decorrem consequências decisivas: reconhecimento de uma solidariedade

<sup>2</sup> Os trabalhos de Robert Kagan, "Of Paradise and Power – America and Europe in the New World Order", Nova Iorque, 2003 e de Richard N. Haass, "The Opportunity – America's Moment to Alter History's Course", Nova Iorque, 2005, representam bem os dois termos da alternativa. É interessante a comparação com a perspectiva de um europeu esclarecido e atlantista, como Helmut Schmidt, "Die Mächte der Zukunft", Munique, 2004, pág. 100 e segs.

em matérias ambiental, climática e energética imposta pela natureza das coisas, que implica mudanças custosas e restrições ou a excepção do mais poderoso?

Finalmente, que escolhas fazer face à explosão demográfica, à luta contra a pobreza, com todas as suas implicações no domínio da ajuda ao desenvolvimento, da saúde, das migrações e *last but not the least*, do próprio terrorismo?

Destas definições estratégicas decorrem consequências da maior importância nas relações com os países asiáticos a caminho do estatuto de grande potência, como a China e um pouco mais atrás a Índia, ou com a Rússia, superpotência decaída, mas ainda com enorme influência. Condiciona também a evolução do conflito do Médio Oriente e a luta contra o terrorismo internacional, bem como contra a disseminação de armas de destruição maciça. É também factor de primordial relevo no comércio internacional e na ajuda à criação de condições necessárias a um desenvolvimento sustentado, etc. O rol das políticas em larga medida dependentes ou condicionadas pelas opções estratégicas americanas poderia continuar a ser enunciado por largos minutos ainda.

Quanto à Europa, a alternativa fundamental é a de saber se, face aos Estados Unidos, o parâmetro adequado é de *Partners and Equals* ou o de “Suserano e Vassalo”: a acentuação de um outro faz-se sentir mais imediatamente na Aliança Atlântica, que pelas suas características se torna facilmente permeável a uma instrumentalização a favor de um controlo americano, enquanto, no que concerne à União Europeia, a opção se traduz em medidas favoráveis à sua desagregação ou, pelo contrário, em acções que reforcem e ajudem o avanço na integração.

Do lado europeu oscila-se entre o desejo de cooperação mantendo a autonomia desejável e possível – caso do Reino Unido – e a posição céptica de princípio, dificultando o trabalho conjunto, se não mesmo, um anti-americanismo ressentido, como tem acontecido com a França e até a Alemanha<sup>3</sup>. Mas, na actual crise que se vive na Europa, depois do falhanço da Constituição Europeia e na perspectiva de grandes transformações do modelo, hoje insustentável, do Estado Social, a atitude é mais reactiva e de expectativa do que a de propor iniciativas que tentem rasgar novos caminhos de cooperação.

O segundo mandato do Presidente Bush inicia uma viragem no sentido de abandonar os triunfalismos arrogantes tão característicos da fase inicial do neoconservadorismo no poder, tão bem traduzido no célebre estudo de Kagan “Of Paradise and Power”, em benefício de uma atitude menos unilateral e mais dialogante que em conjugação com o contributo europeu, aproveite as oportunidades e os desafios para alterar o curso da história recente.

Condoleezza Rice tem sido a face visível desse novo posicionamento, reflectido tanto na NATO como nas novas posições defendidas no espectro mais alargado dos problemas discutidos com a União Europeia.

Portugal, como Estado Membro da União Europeia, deve claramente empenhar-se – e tem-se empenhado – em que o Velho Continente seja receptivo à nova postura americana, de modo a que progressivamente sejam apagadas as graves sequelas das divergências causadas pela segunda guerra do Iraque.

Na NATO há que forcejar por que a Organização alargue a sua área de intervenção a África, no que concerne a opera-

<sup>3</sup> Consultar a propósito os resultados do “Transatlantic Trends Survey” de 2005, um projecto do German Marshall Fund e da Compagnia di San Paolo, apoiado pela Fundação Luso-Americana, à data disponível em [www.transatlantictrends.org](http://www.transatlantictrends.org)

ções de manutenção da paz e do reforço do papel próprio dos Estados da região, procurando conseguir a erradicação das guerras privadas do banditismo militarizado e da anarquia.

A política portuguesa pretenderá decerto conseguir que as acções a desenvolver sejam concertadas com os países africanos de expressão oficial portuguesa no seio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

Finalmente e sobretudo requer-se um sério empenhamento na afirmação e aprofundamento dos valores comuns que constituem o ocidente numa realidade própria a um tempo cultural, económica e política.

Muitas são as incógnitas mas existem sinais de esperança de que a oportunidade não será perdida – como escreve Richard Haass em livro recente –, nem pela Europa, nem pelos Estados Unidos.

### **3. As Relações Bilaterais**

No que se reporta às relações bilaterais entre Portugal e os Estados Unidos, a ausência de conflitos ou de problemas de monta, autoriza a que os esforços se concentrem em matérias novas e de grande alcance, o que não significa descuidar os negócios correntes. O Acordo de Cooperação e Defesa deve ser tornado mais abrangente e eficaz, para se tornar a verdadeira trave mestra dessa cooperação.

O recrudescimento do interesse dos Estados Unidos pelo Continente Africano, a que já de algum modo aludimos a propósito da NATO, constitui o grande ensejo para que Portugal ganhe novo protagonismo. Refiro-me obviamente à África Subsaariana, embora não devam ser olvidados os

países do Magreb, e mais em geral, os Estados africanos do mediterrâneo ocidental.

Abrem-se perspectivas que necessitam ser, primeiro, objecto de reflexão e, depois, de acções conjuntas de apoio ao desenvolvimento em geral, sobretudo nos países africanos de expressão oficial portuguesa, e, com maior incidência, nos campos da saúde, educação e infraestruturas básicas.

Importa desenvolver o trilateralismo das iniciativas, hoje ainda muito incipiente, em que, à preponderância de meios financeiros e técnicos americanos há que contrapor, do lado português, sempre no esforço conjugado de atingir objectivos comuns, a língua e o conhecimento do meio natural e humano de portugueses e africanos, e ainda a vontade política dos países recipientes.

A NATO poderá, no âmbito dos seus propósitos de alargamento a África das suas acções preventivas e de sanação de conflitos, ser complementada por esforços conjugados bilaterais, tendentes à formação e treino das forças militares dos países da área. O Acordo de Cooperação e Defesa deve ser estendido a essas novas áreas.

A CPLP, insiste-se, porém, agora em termos predominantemente bilaterais, deverá ser chamada a desempenhar um papel mais activo, como lugar de diálogo e instrumento de concatenação de esforços, de modo a projectá-la para o nível de uma organização internacional respeitada e funcionalmente importante.

No Mediterrâneo ocidental, a cooperação luso-americana não possuirá certamente a mesma intensidade e relevância. As questões migratória e de segurança exigem porém que se aproveitem, do lado português, as predisposições existentes nos países da região para utilizar novas vias de acesso à Europa

e também aos Estados Unidos diferentes das habitualmente trilhadas. A trilateralização de diversos projectos será assim um caminho viável<sup>4</sup>.

Num e noutro caso, não se trata de agir contra ou em detrimento da União Europeia. Pretende-se apenas ir mais além e aproveitar especificidades portuguesas que, em termos de Europa e em última análise, significam não uma subtração, mas antes uma adição de oportunidades e resultados.

Do outro lado do Atlântico, agora a Sul, há também trilateralismos a estabelecer. Tendo em conta a comunidade linguística, a história e os laços que continuam a unir-nos ao Brasil, importa ajudar a desenhar uma política de cooperação entre a América do Sul e a América do Norte. Afastar ou, pelo menos, mitigar muitas das nuvens que habitualmente se acastelam sobre a região, será, certamente, tarefa útil. Não seria mais afinal do que operacionalizar a CPLP na sua zona mais importante, a dos vínculos entre Portugal e o Brasil, procurando encontrar contactos e meios de cooperação trilaterais com o grande vizinho da América do Norte. Aí todavia poderá dizer-se quase tudo se encontra por fazer.

<sup>4</sup> O “North Africa Leaders Forum”, que reuniu na Fundação Luso-Americana em 7 de Dezembro de 2005, revelou quão promissora é a via da cooperação política, económica e cultural com os países da orla Sul do Mediterrâneo, e, em especial, com os do Magrebe.

#### 4. A Cooperação de Sociedade Civil a Sociedade Civil

Chegamos ao último ponto que nos propusemos abordar: à construção e interacção das redes internacionais de cooperação das sociedades civis dos dois países, e também das próprias instituições públicas agindo no exercício da autonomia de que gozam. Aqui, como dissemos, os actores a considerar como sujeitos de relações bilaterais não são os Estados,

como pessoas colectivas unitárias, nem os seus órgãos, mas os indivíduos, as empresas, as associações e fundações, as universidades e toda a miríade de entidades que compõem a sociedade civil, a que acrescem institutos públicos, autarquias, regiões, etc.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> O interessante livro de Anne-Marie Slaughter, “A New World Order”, Princeton, 2004, sobrevaloriza as instituições administrativas e mesmo políticas. Pelo contrário, a perspectiva das redes e do *soft power* só oferece verdadeiro interesse numa óptica que, no plano interno, abandone as clássicas construções de Gerber e Jellinek e, no plano internacional, considere as pessoas singulares e os grupos como actores normais, e não como excepções aos Estados, os únicos que, antes, seriam possuidores de uma legitimidade natural por serem sujeitos de relações internacionais.

Não há que desdenhar este ponto de vista favorável ao exercício do *soft power* relegando desdenhosamente esta teia de contactos e de laços para o instrumentário dos fracos e considerando apenas relevantes os vínculos entre as potências baseados na força bélica ou nos recursos financeiros públicos. Pelo contrário, com o aumento de densidade e de complexidade da vida internacional e transnacional – de que a globalização é simultaneamente uma prova e um modo específico de encarar a realidade –, aparece cada vez com maior evidência que a concepção do direito internacional e da sociedade internacional, baseadas na soberania dos Estados como únicos sujeitos actuantes, representa uma interpretação em muitos pontos claudicante da realidade que tem por objecto.

Num período em que a soberania e o próprio Estado são entidades recessivas, não é indiferente para uma sociedade política como a portuguesa e tendo em atenção o contexto político-internacional em que se movimenta, lançar mão de instrumentos teóricos que iluminem aspectos importantes das suas vantagens.

## 5. Os Temas e Redes a Considerar em Concreto

Tendo em conta que o objecto de intervenção se circunscreve às nossas relações com os Estados Unidos, mencionaremos como temas principais: a língua portuguesa e a cultura da língua por-

tuguesa, a cooperação científica e tecnológica, a economia e ainda o progresso e elevação do estatuto das comunidades portuguesas e dos luso-americanos nos EUA. Teremos de abordar as diferentes questões, *brevitatis causa*, por forma sucinta, pese muito embora a grande importância de todas elas.

A língua constitui não apenas o meio por excelência de comunicação entre os homens, mas o próprio meio como se estrutura e desenvolve a personalidade. A ela se articula uma cultura que a tem como veículo central da sua estruturação orgânica e do seu crescimento e afirmação.

Recentes investigações sobre a história das línguas e as considerações da sua dinâmica revelam quão variados são os factos que ditam o prestígio e o êxito das línguas ou o seu declínio e perecimento. Exploram as interconexões entre a língua, a demografia, o comércio, o desenvolvimento económico e o progresso científico. A sociolinguística procura explicar também as relações entre a língua, a cultura e o poder, *soft and hard*. No livro admirável que escreveu sobre a história mundial das línguas, “Empires of the Word”, Nicholas Ostler procura compreender as razões do sucesso das vinte línguas mais faladas no mundo<sup>6</sup>. Entre as dez primeiras, inclui-se o Português, na quarta posição entre as europeias, a seguir ao Inglês, o Espanhol e o Russo. Ostler faz também juízos de prognose para os próximos cinquenta anos e o Português – apesar da relativa desatenção dos falantes e dos respectivos Estados – não está mal situado.

Os Estados Unidos, goste-se ou não, são hoje o palco do mundo para muitas batalhas, incluindo as travadas no campo cultural em sentido lato.

Existem dois milhões de portugueses, brasileiros e cabo-verdianos residentes no nosso vizinho do outro lado do Atlântico.

<sup>6</sup> “Empires of the Word – A Language History of the World”, Nova Iorque, 2005, pág. 380 e segs. e pág. 523 e segs. Sobre a política da língua, merecem particular atenção as considerações de Vasco Graça Moura “Sobre a língua portuguesa e algumas políticas para ela”, in “Lusitana Praia”, Porto, 2004, pág. 97 e segs; veja-se, também, o trabalho de Victor Marques dos Santos, “Portugal, a CPLP e a Lusofonia – Reflexões sobre a Dimensão Cultural da Política Externa”, in “Negócios Estrangeiros”, nº 8, Julho de 2005, com longa bibliografia.

Impõe-se uma política consequente que não abandone aqueles que falam o Português por o terem aprendido com os pais, mas tenha também em atenção os que procuram o Português como segunda língua, por razões profissionais, científicas ou culturais. É uma tarefa complexa que requer estudo e também acção rápida. Que tem de visar o ensino americano ao nível primário e secundário, mas também o universitário. Requer-se a conjugação de esforços dos países da CPLP e a exploração das possibilidades financeiras e institucionais oferecidas pela legislação dos Estados federados americanos que protegem as minorias culturais e o ensino das línguas estrangeiras e também a preocupação estratégica de Washington. O Português foi considerado uma língua de importância estratégica para a bagagem das Forças Armadas americanas. Exige a preparação de livros escolares e de professores a todos os níveis, primário, secundário e universitário. A política de promoção do conhecimento, e a tradução para Inglês de livros basilares da nossa cultura não pode ser descurada.

O Instituto Camões deu os primeiros passos, ao abandonar a prioridade das culturas latinas na prossecução da defesa da nossa língua e cultura. Mas, temos de convir que, se se coteja a actividade do Instituto Camões com as acções desencadeadas pelos institutos similares de Espanha, França, Itália ou Estados Unidos, nos encontramos ainda numa fase incipiente e modestíssima.

As dificuldades experimentadas com o College Board para introduzir o Português entre os exames de admissão universitária *Scholastic Assessment Tests* (SAT), é uma boa prova de subalternidade da nossa língua na América, em confronto não apenas com o Espanhol, o Francês ou o Alemão, mas com o Japonês, o Coreano ou o Hebraico.

Porventura, a convicção de que a promoção da nossa economia nos Estados Unidos, ou a atracção do investimento americano por Portugal não vingará sem que a nossa cultura seja mais conhecida na grande Nação americana, ajudará a corrigir a miopia. Não é fazendo discursos grandiloquentes sobre a grandeza da língua de Camões e Pessoa que se muda o *status quo*. Este só se altera com uma decisão estratégica assente no conhecimento da realidade sobre a concorrência das línguas e na exequibilidade das políticas de divulgação e ensino do Português. Sem essa política, a difusão da nossa cultura será sempre subalternizada a outras culturas com línguas animadas por políticas de difusão mais dinâmicas. A colaboração estreita entre portugueses, brasileiros e restantes povos da CPLP e também com entidades americanas é igualmente um imperativo necessário.

Quanto à América, há que reconhecer que o conhecimento da sua cultura pelos portugueses é escasso, resumindo-se, para largas camadas da população portuguesa ao conteúdo das produções fílmicas e televisivas de Hollywood e a certos aspectos mais populares ou que se afiguram extravagantes da “american way of life”. É muito pouco para compreender a complexa realidade dos Estados Unidos e da sua sociedade e cultura. Muito, nesse campo, há, assim, a fazer.

No campo da cooperação científica e técnica, o conhecimento do rico e diversificado complexo universitário e de institutos de investigação americanos, oferece múltiplas possibilidades de cooperação entre aquelas entidades e as suas congéneres portuguesas, até para benefício mútuo. Do lado português, abre perspectivas de avanço científico e tecnológico apreciáveis, acrescentando significativamente à panóplia de

oportunidades oferecida pelas instituições europeias. Mas, também do lado americano, não é despidendo o contacto com alguns centros de excelência portugueses, que estão situados na Europa e não criam os obstáculos à cooperação transatlântica que, por vezes, surgem noutros membros da União. A triangulação por via portuguesa constitui assim um caminho interessante. Igualmente aqui, há que multiplicar esforços e alargar a acção do Acordo de Cooperação e Defesa. Parte importante do nosso actual esforço de inovação e de desenvolvimento tecnológico passa pela intensificação da cooperação com os Estados Unidos nos capítulos da ciência pura e da aplicada.

No domínio económico, é reconhecida a imbricação entre os sistemas europeu e americano, bem sublinhado em artigo recente por Joseph Quinlan<sup>7</sup>.

As nossas trocas comerciais com os Estados Unidos são, porém, muito modestas e o investimento americano e o turismo reduzidos. Dada a desproporção entre os dois países, um aumento de 1% do comércio externo americano com Portugal poderia contribuir decisivamente para mudar a presente conjuntura económica do nosso país. Compreende-se por isso a importância de que se revestem ou deveriam revestir-se as relações económicas entre Portugal e os Estados Unidos. Tem-se, porém, dedicado pouca atenção à matéria por parte dos poderes públicos. Do mesmo modo, os investimentos nas acções, que permitiriam a mudança, são escassos.

A visibilidade de Portugal e dos produtos portugueses nos Estados Unidos é pequena, o que dificulta em muito o crescimento dos intercâmbios de pessoas e de mercadorias e também não predispõe a que as firmas americanas pensem em

<sup>7</sup> "Drifting Apart or Growing Together? The Primacy of the Transatlantic Economy", Center for Transatlantic Relations, Washington, 2003.

Portugal, quando realizam os seus investimentos na Europa. O exemplo da promoção da Espanha deveria inspirar-nos em muitos sectores. Mas importaria sobretudo não esquecer que cultura e economia se encontram profundamente entrelaçadas.

Para além da difusão da imagem de modo a aumentar a visibilidade do país, conviria não esquecer o importante papel que podem desempenhar as câmaras de comércio luso-americanas implantadas, não apenas em Nova Iorque, mas na Nova Inglaterra e na Califórnia, cuja rede conviria ser reforçada. Também do lado americano seria útil que se melhorasse o conhecimento das condições em que as firmas portuguesas podem actuar nos Estados Unidos e das vantagens em poder investir em Portugal, em particular como via de acesso à Europa continental e até à África ao sul do Sáara.

Quanto às comunidades portuguesas nos Estados Unidos, dois vectores principais devem merecer a nossa atenção: a necessidade de que os portugueses se tornem bi-nacionais, se inscrevam no recenseamento e votem nas eleições americanas, e a necessidade imperiosa que os emigrantes invistam na educação dos seus filhos. Uma e outra são condições imprescindíveis para firmar o prestígio e a influência das comunidades portuguesas na América<sup>8</sup>.

## 6. Em Conclusão

Passámos em revista de modo apenas enunciativo ou sintético alguns dos aspectos que reputamos mais relevantes do estado actual e das perspectivas no futuro próximo, das rela-

<sup>8</sup> A Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento tem vindo a desenvolver a esse respeito dois projectos, de que se esperam resultados importantes, quanto às comunidades portuguesas: o *Portuguese American Citizenship Project*, que visa conseguir que os portugueses há muito radicados nos EUA adquiram nacionalidade americana sem perder a portuguesa, se inscrevam no recenseamento e exerçam o direito de voto nas eleições americanas, a nível federal, estadual e municipal; e a *Portuguese Language Initiative (PLI)*, que pretende aumentar o número de estudantes da língua portuguesa nos níveis primário, secundário e universitário. Existe ainda um programa importante no sentido de aumentar nas universidades o número de departamentos que incluem o português e a cultura portuguesa no elenco dos seus estudos.

ções luso-americanas. Podemos, a terminar, concluir que elas representam para os dois países oportunidades importantes de contribuir para uma ordem internacional mais segura e justa, com incidência particular em algumas áreas do globo que têm sido permanentemente muito esquecidas. Há, todavia, para isso que fazer um esforço de reflexão e estudo e, particularmente, de ter a vontade política de um e outro lado do Atlântico para levar de vencida os inevitáveis obstáculos que sempre surgem.

*Lisboa, Instituto de Defesa Nacional  
13 de Dezembro de 2005*

SOBRE AS  
RELAÇÕES  
PORTUGAL  
ESTADOS UNIDOS



Interesses Portugueses  
na América do Norte



As minhas primeiras palavras são naturalmente para agradecer o honroso convite, que desmereço, para integrar a luzida companhia que profere palestras neste ciclo de Conferência sobre Visões da Política Externa Portuguesa e saudar a Sociedade de Geografia por esta iniciativa. A Sociedade de Geografia é uma instituição com grande tradição e reflexão sobre as relações externas de Portugal e a sua missão no mundo, que agora está a ser reavivada. Ainda bem. Precisamos de muitos *Think tanks* de qualidade que reflectam sobre os problemas que preocupam a sociedade portuguesa.

Há também que referir ter alguma dificuldade em tratar desta matéria dos interesses portugueses nos Estados Unidos depois de o Senhor Embaixador Pedro Catarino ter feito uma exaustiva resenha das nossas actividades naquele grande País.

Será assim difícil que esta minha fala possa ter algum valor acrescentado. Mas tentarei dar o meu modesto contributo.

Permitam-me que adopte, do ponto de vista metodológico, uma visão realista, seguindo o ensinamento de um grande professor americano que estudou e ensinou relações internacionais, Hans Morgenthau. No seu livro “Politics Among Nations”, aquele professor foi extremamente claro

acerca dos interesses das potências e do modo como as defendem, e foi sob essa óptica que abordou as relações internacionais e, também, o papel dos Estados Unidos na vida internacional. *Mutatis mutandis* é na perspectiva dos interesses portugueses que abordarei o assunto.

Portugal encontra-se hoje, no contexto das relações internacionais e da sua vida de Estado de há muitos séculos e de nação formada através do Estado também ao longo de muitos séculos, numa situação difícil. As relações com os Estados Unidos assumem, por isso mesmo, uma particular importância, embora possamos notar algumas dificuldades no seu enquadramento teórico. E isto porque, afinal de contas, estamos agora integrados num quadro institucional de unificação europeia, de uma unificação europeia que, com os seus progressos e os seus recuos, tem um pendor claramente, em muitos dos seus aspectos, designadamente a política externa, federalizante. É assim interessante ver como é que os países, particularmente os mais pequenos, têm, apesar disso, relações bilaterais directas com Estados que não fazem parte da União Europeia. Julgo aliás que é muito útil que as tenham, mas, em todo o caso, não deixa de ser um problema político sempre interessante, o de haver políticas próprias dos Estados, autónomas em relação à União. Diga-se de passagem, que, este fenómeno se vai tornando cada vez mais frequente na vida dos diversos Estados federais.

Se avaliarmos as muitas análises da política externa portuguesa, verificamos que evidenciam os interesses que a União Europeia tem designadamente face aos Estados Unidos e os interesses que os Estados Unidos têm face à União Europeia, mas, que os interesses portugueses aparecem um pouco mais

diluídos. Foi bom ouvir hoje o Senhor Embaixador Pedro Catarino sublinhar que eles são muitos e de monta.

Portugal é uma nação velha de séculos. Somos todavia um pequeno País. Um País que tem claramente de tomar consciência que, na fase crítica actual que atravessa, tem de continuar a lutar pela sua afirmação como entidade política própria, como projecto de vida de um grupo político que pretende manter a sua autonomia e a sua identificação numa sociedade moderna cada vez mais globalizada.

As relações com os Estados Unidos, a única superpotência, assumem por isso mesmo uma enorme importância. Ao contrário daquilo que eram as previsões negativas de Paul Kennedy no “Rise and Fall of Great Powers”, publicado em 1987, o qual prognosticava que os Estados Unidos tinham atingido o seu zénite como superpoder e que a partir daí só podiam regredir, tem vindo a verificar-se que o seu papel e importância no Mundo se reforçaram. Essa hegemonia assume cada vez maior relevo nas relações internacionais. Nesse ponto, continuando a lição de Morgenthau, é mais segura a análise de Brzezinski<sup>1</sup> a propósito do império americano procurando as vias adequadas para que este possa prolongar a sua influência, do que acreditar nas profecias do historiador Paul Kennedy. Perante uns Estados Unidos que propendem a considerar em muitos aspectos a Europa como um todo, apesar da guerra no Iraque a ter dividido na nova e na velha Europa, e em que Portugal é uma das potências, um dos Estados menos poderosos da nova Europa, é importante indagar como é que poderemos utilizar os Estados Unidos para a defesa dos nossos interesses. Importa também averiguar para além dos nossos interesses globais, os interesses geograficamente situados nos Estados Unidos. E que

<sup>1</sup> “The Grand Chessboard American Primacy and its Geostrategic Imperatives”, 1997.

interesses realmente temos nos Estados Unidos? Essa a pergunta a que procurarei responder.

Permito-me sublinhar, ainda do ponto de vista metodológico, um outro aspecto que acho que é extremamente interessante: estamos muito habituados a olhar as relações internacionais na óptica dos Estados e considerar os Estados como seus actores principais. A verdade, porém, é que se olharmos na perspectiva do grupo político fundamental que identifica e que se serve do Estado como seu instrumento – normalmente para facilitar as coisas falamos das nações – é pertinente observar que a nação ou a sociedade política não se resume apenas ao Estado, não utiliza apenas o Estado. O Estado é um dos seus instrumentos de afirmação, ainda o principal, mas não o único. O Estado como construção política resulta no plano externo, do aprofundamento da ideia de soberania e, no plano interno, das lucubrações dos professores de Direito Público Alemão sobre o poder centralizado dos déspotas iluminados em confronto com o liberalismo ascendente da burguesia. Pendemos habitualmente a pensar o problema ao invés, sendo o Estado a utilizar a Nação. Mas, quando se procura a raiz última do poder constituinte, a boa hierarquia das coisas regressa. A integração europeia, à medida que as restrições das soberanias se acentuam, tem ajudado a sublinhar a grande importância da sociedade política primária. As comunidades políticas organizam-se em Estados, mas organizam-se também numa série de outras entidades, as autarquias, as regiões, e nas próprias instituições a sociedade civil; as instituições da sociedade civil, v.g. as empresas, as universidades, as associações, as fundações, etc., constituem ou podem ser utilizadas como instrumentos daquela. Por aí se compreende que possa ser um pouco menos dramático a circunstância de haver limi-

tações drásticas da soberania, já as houve no passado, porque não haver agora?; compreende-se outrossim que existam muitos instrumentos de afirmação da identidade política, da individualidade de um grupo político que não passam necessária e exclusivamente pelo Estado, embora o Estado assumam naturalmente uma importância muito grande.

É relevante sublinhar este ponto porque a economia continua sem dúvida hoje a ter um aspecto primacial e fundamental; mas ao lado da economia para países como Portugal, a cultura e a sua língua assumem ou devem assumir uma enorme relevância, diria mesmo uma relevância decisiva. Se considerarmos o que nos separa da Espanha, e se olharmos para aquilo que nos pode dar a verdadeira identificação no quadro europeu e no quadro mundial, os domínios da cultura e da língua, serão provavelmente tão ou mais relevantes do que o da economia. E isto, para dizer que os nossos interesses nos Estados Unidos são interesses certamente de carácter económico, mas também são interesses de carácter cultural, em que a língua desempenha um papel particularmente importante. As comunidades portuguesas radicadas nos Estados Unidos são, por sua vez, instrumentais para essa solidificação, para a capacidade de afirmação dessa autonomia. E que, por isso mesmo, a política externa que deve ser seguida não deve prescindir de utilizar devidamente esses instrumentos e de ter essa dimensão cultural. É evidente que isso não significa que nós abandonemos ou demos menor atenção a outras dimensões dessa política como as da defesa, ou consideremos como negligenciáveis outros aspectos de natureza mais marcadamente económica. Gostava, porém, de sublinhar que não é infelizmente habitual uma perspectiva em que a cultura seja um aspecto privilegiado da nossa acção

externa. E, todavia, poderíamos de uma maneira impressionante dizer que para vender sapatos, ou para vender têxteis, é preciso também dar a conhecer Fernando Pessoa. E isto não é uma *boutade*, porque, em termos de projecção externa, os aspectos económicos e os aspectos culturais e científicos acabam por estar intimamente conexiados.

Há um outro aspecto de grande importância no que diz respeito aos Estados Unidos. Tem-se discutido em Portugal, a propósito da opção europeia, sobre a existência de outras opções do País, principalmente no que diz respeito à cooperação com os países africanos de expressão oficial portuguesa, com o Brasil e com os Estados Unidos. Suponho, contudo, que nenhum pensador realista é capaz de afirmar que essas vertentes da nossa política externa representam verdadeiras alternativas à política europeia. Portugal é um País europeu e a integração europeia é a nossa primeira prioridade. Mas isto não significa que não seja muito interessante em termos de reforço do *bargaining power*, em termos de capacidade negocial, mantermos relações desenvolvidas e diversificadas com outros países importantes. É assim positivo fortalecer as nossas amizades e os nossos relacionamentos com os Estados Unidos, com os países africanos de expressão portuguesa, com o Brasil, ao lado das nossas relações europeias. Aquelas relações dão-nos uma capacidade negocial no contexto europeu muito maior do que se nos reduzirmos a este quadrilátero de 89.000 km<sup>2</sup>, e oferecem-nos alternativas sectoriais que não devem ser desperdiçadas.

Os outros países europeus, aliás, também o fazem, a Grã-Bretanha porventura é o exemplo mais típico. A Inglaterra não se sabe nunca exactamente bem se é um Estado europeu ou se é o irmão hoje mais pequeno, embora mais velho,

dos Estados Unidos. A verdade é que representa um bom exemplo do tipo de vantagens que se podem obter no desenvolvimento dessas políticas alternativas que, no nosso caso, não devem pôr em causa a opção principal.

Quantas vezes é mais fácil, v.g. no campo das relações culturais e científicas, para a realização de projectos conjuntos de investigação, demonstrar o valor dos nossos pontos de vista pela circunstância de estarmos aliados a americanos que concordam connosco, do que pelo simples contacto bilateral directo com Paris ou com Berlim. É uma experiência negocial que muitos certamente já fizeram.

Em termos mais concretos, mencionarei quatro ou cinco pontos que consubstanciam interesses portugueses extremamente relevantes dentro dessa óptica de afirmação da identidade nacional, de reforço do *bargaining power* e da construção de um *network* cada vez mais decisivo nos tempos actuais.

Começaria pela língua e pela cultura. Perfilho uma visão voluntarista, em certo sentido optimista, pois é possível progredir significativamente a partir da situação actual. Encontramo-nos num estádio bastante atrasado em relação à promoção linguística e cultural em comparação com muitos outros países europeus e particularmente em relação à nossa vizinha Espanha. Efectivamente a situação em termos da defesa da expansão da nossa língua e da nossa cultura nos Estados Unidos, carece de ser urgentemente alterada. Os Estados Unidos são hoje um palco de competição internacional das culturas extremamente importante, decisivo mesmo quanto a influências e dominâncias. Muitas das coisas na área científica, cultural e artística discutem-se na América, mesmo quando não têm que ser submetidas a uma decisão política que seja essencial para a prossecução daquilo que são os inte-

resses dos Estados. E, todavia, do ponto de vista do prestígio, da influência, do exemplo, essas competências assumem um significado de enorme repercussão.

O problema da defesa e expansão da nossa língua é uma questão politicamente vital para Portugal. É a língua que nos identifica como seres que pensam de uma maneira diversa de outros povos e garante a especificidade da nossa cultura na Europa. É a língua que nos liga ao Brasil e é ela que nos liga às nações africanas e cimenta a cultura deste conjunto de sociedades políticas. Nos Estados Unidos, pelas razões referidas, a questão da língua portuguesa é extremamente importante, a língua veicula uma cultura e, no caso do Português, uma cultura multinacional importante, embora relativamente desconhecida. Uma cultura partilhada por uma comunidade de luso-descendentes, na ordem de um milhão de pessoas, e por outro milhão de brasileiros. É uma demonstração da visibilidade do país. No que respeita à língua, o que encontramos neste momento é uma situação um pouco sombria, embora em rápida mutação: por um lado, temos um ensino pago pelo Estado português que é realizado em escolas de fim-de-semana com professores mal preparados e deficientemente supervisionados pelo Ministério da Educação. A dedicação de muitos professores e o desvelo dos pais evita o pior; mas o quadro é negro. Temos, depois, as escolas americanas, onde se ensina o Português. Não são muitas mas tendem a aumentar. Um facto curioso: quando no país das estatísticas que são os Estados Unidos, se procura saber quais são os cursos de Português, qual é o seu número, que professores existem, que alunos os frequentam, as estatísticas falham miseravelmente. E um dos trabalhos que estamos precisamente a desenvolver na Fundação Luso-Americana é o de tentar apu-

rar qual é o número de estudantes e quais são os cursos que são dados.

É particularmente interessante verificar que a entidade que tem a seu cargo, por contrato com o Governo Federal, o apuramento desses números (CARLA – *Center for Advanced Research on Languages Acquisition*, de Minnesota), não os conhecia. Houve um período até ao ano 2000 em que se informava haver 145 alunos que estudavam Português. Neste momento já apurámos com alguma precisão o número dos portugueses, ainda faltam os brasileiros, – também é uma das deficiências complicadas das nossas estatísticas a propósito dos falantes de Português –, mas já vamos na ordem dos 12.000. O Senhor Embaixador Catarino teve oportunidade de referir a cruzada, a campanha em que estamos empenhados para que os exames de admissão universitária SAT (*Scholastic Assessment Tests*), incluam o Português como segunda língua, o que não é apenas uma questão útil para aqueles que estudam Português ou que já falam Português em casa poderem beneficiar de testes em que possam ser exímios, numa língua que lhes é familiar e que, portanto, possam evitar fazer um exame da segunda língua em Espanhol ou em Francês, mas é também significativo em termos de *status* da língua, designadamente ao nível do ensino superior. Muita coisa passará a ser diferente se tivermos o Português como segunda língua nos SAT. E basta ver os esforços que foram recentemente feitos e coroados de êxito pelos japoneses, pelos coreanos, pelos russos, para colocar agora a sua língua nos referidos exames para se perceber que há aqui um problema cultural e político e económico extremamente relevante.

É uma batalha que põe à prova a capacidade dos portugueses para fazerem pressão, para fazerem *lobby*, para terem

visibilidade nos Estados Unidos. É uma guerra que ainda não está ganha, mas é a meu ver um ponto extremamente importante para se ver como é que Portugal é capaz de realmente defender os seus interesses, porque não há efectivamente razão nenhuma para que portugueses e brasileiros, e cabo-verdianos não defendam os seus interesses comuns neste capítulo e finalmente obtenham ganho de causa.

Também na matéria mais alargada de cultura, o problema da afirmação de uma cultura portuguesa que possa ombrear com outras culturas, como a espanhola, ou francesa, ou alemã nos Estados Unidos, é um aspecto que não pode ser negligenciado. Foi aqui referido o papel do Instituto Camões, que tem uma acção meritória, embora por vezes um pouco fragilizada. Temos, neste momento, uma presidência do Instituto Camões que começa a dedicar aos Estados Unidos uma atenção completamente diferente daquela que até aqui tinha vindo a ser seguida, embora o esquema dos leitores, por exemplo, seja em algumas universidades americanas, de uma completa ineficiência. Há que repensar, com os recursos escassos que temos quais os instrumentos mais eficazes, não apenas conhecer a História e a Literatura Portuguesas, mas também a economia, a integração europeia, os aspectos, os positivos e os negativos, relacionados com a descolonização, etc.

Devem mencionar-se dois outros pontos: o primeiro reporta-se à necessidade de articulação, de cooperação no domínio logístico e cultural, entre nós e os brasileiros, o que nem sempre tem acontecido. Neste campo, não temos sido particularmente felizes, uns e outros. E teremos de compreender que sem essa cooperação os objectivos culturais de um e outro País não serão atingidos. Outra vertente também particularmente relevante diz respeito aos países africanos de

expressão portuguesa. Esses países africanos procuram também eles começar a ter algum grau de visibilidade nos Estados Unidos – uns mais outros menos, pelo que há que perder o hábito de considerar que os PALOPs são todos da mesma dimensão ou têm os mesmos interesses –; e é completamente diferente considerar a situação de Angola, de Moçambique ou até de Cabo Verde, que tem uma colónia importante nos Estados Unidos, da de outros países lusófonos. É desejável que a CPLP passe a interessar-se por este ponto como forma de sublinhar a importância da sua acção no campo cultural, sublinhando a sua relevância estratégica para uma comunidade transcontinental de países.

Outros interesses a considerar são o estatuto das comunidades portuguesas nos Estados Unidos e a necessidade do seu *upgrading*. Não é certamente desconhecido que as comunidades portuguesas nos Estados Unidos desfrutam de uma influência na vida americana menor do que as das comunidades de dimensão similar de outras etnias, como por exemplo, a grega, para dar um exemplo concreto. As razões são sobretudo derivadas de se haver investido pouco na educação da nova geração de luso-descendentes. E aí também há correcções importantes a realizar. Os portugueses hoje praticamente já não emigram pela melhoria das condições em Portugal, designadamente nos Açores. Assim, as pessoas não emigram, ou emigram em números muito reduzidos, para os Estados Unidos. Por consequência, a população imigrante envelhece rapidamente. Mas a maior parte dos emigrantes portugueses nos EUA não pensa voltar; só alguns excepcionalmente voltarão. Não faz, porém, sentido que esses emigrantes participem pouco ou nada da sociedade que os acolheu, designadamente na vida política. Se não votarem, serão esquecidos, não con-

tam. Há que resolver um problema delicado, que é, por um lado, não perder os laços desses emigrantes e dos seus descendentes com Portugal, mas, por outro lado, conseguir que eles adquiram a nacionalidade americana, se inscrevam no recenseamento, votem e, portanto, tenham influência ao nível local, ao nível dos estados e ao próprio nível federal. Deve igualmente procurar-se que aqueles que tem ascendência portuguesa, alguns desempenhando funções já de algum relevo, seja no campo político, seja no campo empresarial, ou no domínio universitário, permaneçam ligados a Portugal e constituam um veículo importante da presença de Portugal nos Estados Unidos. A PALCUS, com os seus altos e baixos, é um exemplo importante de uma organização representativa da comunidade de luso-descendentes que ainda há pouco tempo nem sequer existia, ao contrário do que acontecia com as comunidades italiana, grega, alemã e por aí fora. Isto é revelador de quanta atenção vai ser necessária, que a sociedade política portuguesa preste a estes assuntos.

Existe, há mais de cinco anos, um programa lançado pela Fundação Luso-Americana – *Portuguese American Citizenship Project* – no sentido de levar os portugueses nos Estados Unidos, que não tencionam regressar, a adquirirem a nacionalidade americana, a recensearem-se e a votar. Esse programa é subsidiado pela Fundação Luso-Americana, mas que tem tido o apoio de entidades oficiais portuguesas, designadamente teve o apoio do Presidente Mário Soares e o apoio do Presidente Jorge Sampaio, do Governo português e do Embaixador de Portugal nos Estados Unidos, o que é importante para que não haja hesitações e equívocos, dado o melindre desta política. O objectivo é o de conseguir que as comunidades portuguesas possam ter uma participação na vida

municipal, na vida estatal e até ao nível federal. É importante que senadores e os representantes municipais, estaduais e federais se preocupem com os imigrantes portugueses, não apenas pelos laços culturais e familiares que eventualmente os unam, mas pela circunstância de em muitos dos *districts* haver um número significativo de portugueses cuja opinião não pode deixar de ser tida em conta.

A cooperação científica com os Estados Unidos – outro aspecto dos nossos interesses naquele País – tem progredido, mas é ainda relativamente diminuta. Acresce que o nosso conhecimento da realidade americana é pequeno. Não conhecemos bem a administração americana, e não conhecemos bem, o modo como funciona o sistema universitário americano, o sistema de investigação americano, os programas de apoio do Estado à investigação. Para vos dar um exemplo até há relativamente pouco tempo, eu conhecia muito mal, e presumo que em Portugal ninguém conhecesse muito bem, como é que efectivamente funcionava o apoio da *National Science Foundation* a certo tipo de investigações desenvolvidas por entidades americanas em parceria com instituições estrangeiras.

Trata-se de um processo obviamente simples: mas é preciso consultar a Internet, ver as coisas *in situ*, convidar cientistas da *National Science Foundation* para virem cá, contactar com cientistas portugueses que falem bem Inglês e tenham projectos credíveis, e a pouco e pouco as coisas começam a tornar-se claras e começa a poder incentivar-se instituições americanas que pretendam contactar com instituições europeias – e as instituições científicas portuguesas servem para esse esforço de internacionalização americana, o que não é despendendo para conseguir resultados. Mas tudo isto envolve

preparação, estudo, e trabalho permanente ao longo dos anos. Se olharmos para trás, concluímos que já se progrediu bastante, mas, uma vez mais, se cotejarmos o nosso caso com países de dimensão similar, como a Holanda, a Bélgica ou a Dinamarca, apercebemo-nos de quanto falta ainda caminhar.

Depois há que mencionar obviamente os problemas da economia. E aí diria que em primeiro lugar deve haver uma grande preocupação de interrelacionar os aspectos culturais, os aspectos das comunidades portuguesas e os aspectos económicos, o que não significa obviamente pensar que se podem resolver os problemas das relações do comércio ou do investimento directo com base nos chamados mercados étnicos. Tal seria uma perfeita utopia. Mas é importante que Portugal tenha uma visibilidade nos Estados Unidos maior do que aquela que neste momento goza, que, como disse, ainda é relativamente reduzida. E nesse capítulo há várias câmaras de comércio luso-americanas que funcionam, não muito bem, diga-se de passagem, mas enfim, que funcionam, mas a sua articulação com o ICEP e a API é muito deficiente. Existe um esforço actual da política externa portuguesa, da Embaixada e dos Consulados nos Estados Unidos, para articular diplomacia política e diplomacia económica, iniciativa meritória que importa realçar. Ainda é muito cedo para avaliarmos como é que as coisas vão evoluir, mas a verdade é que a situação actual vai melhorando lentamente. É, no presente, uma situação ainda muito insatisfatória, se atendermos, quer à percentagem do comércio português com os Estados Unidos – embora com uma balança excedentária favorável a Portugal –, quer ao investimento directo americano em Portugal. É certo que há investimento europeu que é na verdade investimento americano, disfarçado, digamos; são empresas americanas que

têm as suas subsidiárias europeias e que, através delas investem em Portugal. O investimento directo americano é, de qualquer forma, de um valor relativamente reduzido comparado com o investimento feito noutros países europeus.

No campo do turismo, o panorama também não é ridículo. Vale a pena observar, por exemplo, o que tem sido a recente política de propaganda turística da Espanha nos Estados Unidos, sublinhando designadamente o papel que a Espanha teve na guerra do Iraque e comparar com a publicidade que temos vindo a fazer, e cotejar os americanos que cada ano visitam Espanha com o número dos que anualmente recebemos mesmo descontando as diferenças de dimensão geográfica. Temos aí uma ideia da enorme distância que há a percorrer para obtermos resultados um pouco mais satisfatórios.

Se pudéssemos aumentar fosse apenas em 1% o comércio externo americano canalizado para Portugal, isso seria um aumento exponencial, brutal, que provavelmente resolveria algumas das dificuldades mais candentes que actualmente afligem a nossa economia. No campo económico há muita coisa a fazer, mas um dos problemas mais graves é o grande desconhecimento que as empresas portuguesas têm acerca dos Estados Unidos, e igualmente, o grande desconhecimento que as empresas americanas têm acerca de Portugal. Deste modo, é muito difícil criar condições para investir, é muito difícil comerciar. Há medidas que estão a ser tomadas que poderão dar alguns resultados, mas é do nosso interesse, como ocorre com todos os restantes Estados, desenvolver estratégias e não apenas fazer campanhas ocasionais, para que as coisas melhorem em termos significativos.

Por último, gostaria de referir que no plano mais imediatamente político e em que a defesa e a segurança assumem

parte importante, a vantagem de dispormos das condições excepcionais dos Açores. É claro que é bom estarmos conscientes que a estratégia americana evolui, e que um dia – não é muito previsível que isso aconteça a breve trecho –, pode acontecer que com as novas armas, com as novas estratégias, as coisas se alterem significativamente.

Mas é importante observar que também aí vale a pena estarmos atentos e estudarmos as linhas estratégicas gerais e os seus desenvolvimentos. Não é despiendo saber que a África passou a ter um interesse outra vez muito mais relevante do que aquele que até há pouco tempo lhe era atribuído na estratégia americana e que até se pode admitir que a NATO renovada possa ter um papel *out of area* inovador. Apresento este ponto como exemplo daquilo que poderemos fazer: perscrutar os problemas e as oportunidades para depois agir. A relação com os Estados Unidos não é para nós uma relação anti-europeia, mas é uma relação que valorizada nos permite, a Portugal, ter uma outra capacidade negocial na Europa, que é efectivamente onde nos situamos e onde vamos ter que continuar, seja como for que evolua a União Europeia. E eu espero que evolua num sentido que seja favorável aos nossos interesses e não ouçamos apenas aquelas notícias negativas que temos ultimamente vindo a receber a propósito, quer do Tratado da Constituição Europeia, quer do problema do Pacto de Estabilidade.

Em suma, julgo que nós portugueses temos interesses extremamente importantes nos Estados Unidos. Esses interesses devem ser estudados e valorizados. Temos que lutar para que esses interesses sejam devidamente cuidados, e aumente a nossa capacidade de influenciar. Portugal vive, todos os países vivem – mas nós somos um País muito pequeno, por con-

sequência isso é muito mais nítido —, apoiado na sua rede de contactos, na sua rede de interlocutores. Nessa rede inclui-se também naturalmente a sua diáspora.

A diáspora não é apenas uma expressão poética. Propendemos a englobar em conceitos mais ou menos poéticos, aquilo que são as nossas vantagens e depois não extraímos a operacionalidade que as mesmas têm mas pouco pragmáticas. E a verdade é que a situação é séria e carecemos quase dramaticamente de não perder oportunidades que contribuam para a nossa autonomia.

Examinemos permanente e cuidadosamente as nossas oportunidades. Agir em conformidade, não apenas nos domínios político e económico mas também cultural, com os diagnósticos feitos e as estratégias escolhidas, é um imperativo cada vez mais categórico.

Procurei, nestas despretensiosas palavras, traduzir a relevância que a cultura em termos amplos deve ter hoje na nossa política externa, em particular, nas suas relações com os Estados Unidos da América, porque essa é a chave do êxito das nossas políticas e o modo de melhor garantir a nossa identidade e autonomia como sociedade política.

*Lisboa, Sociedade de Geografia  
15 de Dezembro de 2003*



EDIÇÃO  
Fundação Luso-Americana  
para o Desenvolvimento

DESIGN  
Atelier B2

CAPA  
Salette Brandão

PRÉ-IMPRESSÃO E IMPRESSÃO  
Textype – Artes Gráficas, Lda.

TIRAGEM  
1500

Lisboa, Dezembro de 2005

ISBN  
972-8654-17-0

DEPÓSITO LEGAL  
236 858/05

